

HABEAS CORPUS Nº 475.197 - SP (2018/0277801-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : PAULO HENRIQUE DE MORAES SARMENTO E OUTROS
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE DE MORAES SARMENTO E OUTRO(S) -
SP154958
WILLIAM CÉSAR PINTO DE OLIVEIRA - SP305099
GUILHERME SANTOS VIDOTTO - SP375667
EDUARDO DE CAMPOS MARCANDAL - SP384391
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ODAIR VIEIRA SARDINHA

EMENTA

HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO PASSIVA. RECEPÇÃO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR O DEFERIMENTO DA MEDIDA. NULIDADE DA INTERCEPTAÇÃO, DAS PRORROGAÇÕES SUBSEQUENTES E DAS PROVAS DERIVADAS. ORDEM CONCEDIDA.

1. É exigida da gravosa decisão que defere a interceptação telefônica a concreta indicação dos requisitos legais de justa causa e imprescindibilidade dessa prova, que por outros meios não pudesse ser feita.

2. Diante da ausência de fundamentação casuística, em genérico decreto de quebra cabível a qualquer procedimento investigatório, é reconhecida a nulidade dessa decisão e das decisões subsequentes de prorrogação, assim como das provas derivadas, estas a serem aferidas pelo juiz do processo.

3. *Habeas corpus* concedido para declarar nula a decisão deferitória da interceptação telefônica originária, assim como suas subsequentes prorrogações e as provas consequentes, estas a serem aferidas pelo magistrado na origem, devendo o material respectivo ser retirado dos autos, estendendo-se seus efeitos aos demais corréus atingidos pela decisão de quebra do sigilo telefônico ora anulada, sem prejuízo do prosseguimento da ação penal com base em outras provas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conceder o habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Dr(a). WILLIAM CÉSAR PINTO DE OLIVEIRA, pela parte
PACIENTE: ODAIR VIEIRA SARDINHA

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator